

TEMAS ECONÔMICOS Nº. 1

INDICADORES ECONÔMICOS **FIEMA**

FIEMA

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Centros de influência local na Hierarquia Urbana do Maranhão

Entende-se como Centros de Influência Local aquelas cidades cuja área de influência é restrita aos seus próprios limites territoriais, não se caracterizando como destino principal para nenhuma outra cidade. Possuem, geralmente, fraca estrutura de atividades produtivas de bens e serviços, mesmo de gestão pública.

Exercendo “influência” sobre si mesmo, esses centros costumam buscar em outros de maior nível hierárquicos o suprimento de suas necessidades. Numa estrutura hierárquica de cidades, pode-se dizer que as Metrôpoles são o nível mais alto e os Centros Locais os de menor nível.

Ao estudar a rede urbana brasileira, o IBGE, em seu estudo sobre a Rede de Influência das Cidades 2018, publicado em 2020, estabeleceu uma hierarquia dos centros urbanos em cinco níveis: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros Zonais e Centros Locais, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição (%) do PIB e da População estadual, segundo principais microrregiões do IBGE, Maranhão, 2020

Distribuição regional dos cinco níveis e hierarquia urbana

Grandes Regiões	Metrópole		Capital Regional		Centro Sub-regional		Centro de Zona		Centro Local	
	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)
Brasil	15	100,0	97	100,0	352	100,0	398	100,0	4037	100,0
Norte	2	13,3	11	11,3	27	7,7	21	5,3	373	9,5
Nordeste	3	20,0	21	21,7	88	25,0	135	33,9	1436	35,6
Sudeste	5	33,3	38	39,2	120	34,1	107	26,9	1074	26,6
Sul	3	20,0	21	21,7	83	23,6	90	22,6	819	20,3
Centro-Oeste	2	13,3	6	6,2	34	9,7	45	11,3	335	8,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de influência das Cidades 2018

As Metrôpoles foram subdivididas em três níveis:

- a) Grande Metrôpole Nacional – São Paulo.
- b) Metrôpole Nacional – Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ).
- c) Metrôpole – Belém, (PA), Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA), Vitória (ES) e Manaus (AM). Destas, somente Campinas (SP) não é capital de estado.

As Capitais Regionais, num total de 97, foram subdivididas em:

- a) Capital Regional A, composta de 9 Cidades, em geral capitais de estado nas regiões Nordeste e Centro-Oeste;
- b) Capital Regional B, reunindo 24 Cidades;
- c) Capital Regional C, agregando 64 Cidades, onde a “média nacional de população das cidades dessa categoria é de 300 mil habitantes em 2018”.

Na categoria Centros Sub-regionais, correspondente ao terceiro nível hierárquico, o IBGE classifica 352 cidades, as quais possuem atividades de gestão menos complexas. Com áreas de influência menores do que as das cidades regionais, além de possuírem menor tamanho populacional.

Os Centros Sub-regionais foram divididos em dois grupos:

- a) Centro Sub-regional A, composto de 96 cidades, com média populacional de 120 mil habitantes;
- b) Centro Sub-regional B, com 256 cidades e média nacional de 70 mil habitantes.

No quarto nível da hierarquia urbana, aparecem os Centros de Zona, onde foram classificadas 398 cidades brasileiras, com população média de 30 mil habitantes. Estes Centros foram divididos em dois grupos:

- a) Centro de Zona A, composto de 147 cidades;
- b) Centro de Zona B, integrado por 251 cidades, com tamanho populacional inferior a 25 mil habitantes. A região Nordeste concentra o maior número de cidades (100) nesse nível hierárquico.

Por fim, no quinto nível da hierarquia urbana aparecem as cidades com menor poder de influência sobre o território, os Centros Locais. Sua influência se restringe aos seus próprios limites, não sendo destino de nenhuma outra Cidade. Possuem fraca centralidade, seja no que se refere às atividades empresariais, seja na gestão pública.

Os Centros Locais representam, conforme se vê na Tabela 1, a grande maioria no total Brasil (4.037 Cidades). Somam 82,4% do universo dos 4.899 centros urbanos analisados pelo IBGE e sua média populacional é somente de 12,5 mil habitantes. Novamente a região Nordeste concentra o maior número de centros urbanos nesse nível hierárquico (36,6% do total).

Numa distribuição macrorregional, tem-se que as Metrôpoles, as Capitais Regionais e os Centros Sub-regionais se concentram, em sua maioria, no Sudeste. Os Centros de Zona e os Centros Locais, por sua vez, acham-se mais concentrados no Nordeste (33,9% e 35,6%, respectivamente), mas é significativa a presença no Sul e Sudeste (percentuais entre 20% e 27%).

A TEORIA DO LUGAR CENTRAL

A teoria dos lugares centrais foi desenvolvida por Walter Christaller (1966) para explicar a distribuição espacial de localidades, classificadas hierarquicamente conforme a quantidade e diversidade dos bens e serviços que possam fornecer à sua área de influência. Um lugar central concentra funções centrais, isto é, atividades que distribuem bens e serviços (comércio varejista, comércio atacadista, consultórios de serviços médicos, serviços educacionais e tantos outros) à população de uma determinada área de influência ou região complementar.

Assim, quanto mais diversificada for a estrutura das funções centrais tanto maior é a área de influência do lugar central, porque as pessoas poderão se mover por distâncias maiores para conseguirem os bens e serviços mais complexos que precisam. “Quanto maior a quantidade de bens ofertados e quanto maior a diversidade de funções centrais presentes, maior será a centralidade de uma cidade. Uma centralidade alta implica uma maior atração de população para si, uma maior área de influência do centro urbano, bem como uma alta hierarquia” (IBGE, op. Cit. Notas técnicas). Centralidade de uma cidade significa a importância relativa que o centro urbano exerce sobre a sua área de entorno.

Por outro lado, os bens e serviços mais comuns e de mais baixo valor tendem a estar presentes em todo lugar e para adquiri-los as pessoas não precisam percorrer grandes distâncias. O que não acontece com os produtos de alto valor e de consumo menos frequente e estão sujeitos a um custo-tempo de deslocamento e custo financeiro maiores, razão por que se acham mais concentrados nos centros do mais alta hierarquia.

Exemplificando: serviços de saúde, considerados de baixa complexidade, podem ser encontrados nos centros locais; os de média complexidade, em centros zonais ou sub-regionais; e os de alta complexidade, em capitais regionais, por exemplo. Vale ressaltar que, nessa lógica, os centros de nível regionais possuem, também, as funções centrais cumulativas do nível sub-regionais, do zonal e dos centros locais.

Portanto, as cidades de maior nível hierárquico, por sua maior área de influência, envolvem a hinterlândia das cidades de hierarquia mais baixa.

A rigor, pode-se dizer que há uma distância máxima que as pessoas estão dispostas a percorrer para a aquisição de bens e serviços, a partir da qual não compensa incorrer nos seus custos.

Por fim, vale ressaltar que quanto maiores as cidades, maior será o número de funções cumulativas que exercem pois elas executam também todas as funções dos centros urbanos menores.

Afinal, as atividades localizadas nas cidades é que fazem estas participarem das redes urbanas.

Paralelamente, não se pode deixar de reconhecer que, à medida que as cidades crescem, mais diversificadas suas funções de centralidade e, além disso, mais intensas devem ser suas relações com seu ambiente externo mediante fluxos que se limitam às restrições de distância ou às barreiras clássicas (limites geográficos, fronteiras, relevo, hidrografia ou, até mesmo, existência ou inexistência de vias de transportes).

ANÁLISE DA REALIDADE DO MARANHÃO

Segundo o estudo do IBGE e quantificações expostas na Tabela 1, a região Nordeste apresenta:

- a) 3 cidades com funções de Metrópole (Salvador, Recife e Fortaleza);
- b) 21 cidades como Capital Regional;
- c) 86 com as funções de Centro Sub-regional;
- d) 135 com as funções de Centro de Zona; e
- e) 1.436 exercendo as funções de Centros Locais, a maior concentração (35,6% dos 4.037 Centros Locais do país), entre todas as regiões, de cidades nesse nível hierárquico.

No caso particular do estado do Maranhão, o estudo concluiu pela seguinte hierarquia com o respectivo número de cidades:

- a) Capital Regional A – São Luís
- b) Capital Regional C – Imperatriz (1)
- c) Centro Sub-regional A – Bacabal, Caxias e Santa Inês (3)
- d) Centro Sub-regional B – Açailândia, Balsas, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Pinheiro e Presidente Dutra (7)
- e) Centro Zona A – Barra do Corda, Barreirinhas, Dom Pedro, Lago da Pedra e São João dos Patos (5)
- f) Centro Zona B – Carutapera, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Cururupu, Esperantinópolis, Humberto de Campos, Maracaçumé, Mirador, Pastos Bons, Paulo Ramos, Santa Quitéria do Maranhão, Santo Antônio dos Lopes, São Bento, São Domingos do Maranhão, Tutóia, Urbano Santos, Vitorino Freire e Zé Doca (19)
- g) Centros Locais – São 181 cidades, conforme relação abaixo:

Afonso Cunha	Capinzal do Norte	João Lisboa	Presidente Médici	Lago do Junco
Água Doce do Maranhão	Carolina	Lagoa do Mato	Presidente Sarney	Lago dos Rodrigues
Alcântara	Cedral	Lagoa Grande do Maranhão	Presidente Vargas	Lago Verde
Aldeias Altas	Central do Maranhão	Lajeado Novo	Primeira Cruz	São Pedro dos Crente
Altamira do Maranhão	Centro do Guilherme	Lima Campos	Raposa	São Rdo. Mangabeiras
Alto Alegre do Maranhão	Centro Novo do Maranhão	Loreto	Riachão	São Rdo. Doca Bezerra
Alto Alegre do Pindaré	Cidelândia	Luís Domingues	Ribamar Fiquene	São Roberto
Alto Parnaíba	Conceição do Lago-Açu	Magalhães de Almeida	Rosário	São Vicente Férrer
Amapá do Maranhão	Formosa da Serra Negra	Marajá do Sena	Sambaíba	Satubinha
Amarante do Maranhão	Fortaleza dos Nogueiras	Maranhãozinho	Belágua	Senador Alexandre Costa
Anajatuba	Fortuna	Mata Roma	Benedito Leite	Senador La Rocque
Anapurus	Godofredo Viana	Matinha	Bequimão	Olho d'Água das Cunhãs
Apicum-Açu	Gonçalves Dias	Matões	Bernardo do Mearim	Olinda Nova do Maranhão
Araguanã	Governador Archer	Matões do Norte	Boa Vista do Gurupi	Paço do Lumiar
Araíoses	Governador Edison Lobão	Milagres do Maranhão	Santana do Maranhão	Palmeirândia
Arame	Governador Eugênio Barros	Miranda do Norte	Santo Amaro do Maranhão	Paraibano
Arari	Governador Luiz Rocha	Mirinzal	São Benedito do Rio Preto	Serrano do Maranhão
Axixá	Fortaleza dos Nogueiras	Monção	São Bernardo	Sítio Novo
Bacabeira	Fortuna	Montes Altos	São Domingos do Azeitão	Sucupira do Norte
Bacuri	Godofredo Viana	Morros	São Félix de Balsas	Tasso Fragoso
Bacurituba	Gonçalves Dias	Nina Rodrigues	São Francisco do Brejão	Timbiras
Barão de Grajaú	Governador Archer	Nova Colinas	São Francisco do Maranhão	Timon
Bela Vista do Maranhão	Governador Edison Lobão	Nova Iorque	São João Batista	Trizidela do Vale
Bom Jardim	Governador Eugênio Barros	Nova Olinda do Maranhão	Davinópolis	Tufilândia
Bom Jesus das Selvas	Governador Luiz Rocha	Parnarama	Duque Bacelar	Santa Filomena do Maranhão
Bom Lugar	Governador Newton Bello	Passagem Franca	Estreito	Santa Helena
Brejo	Governador Nunes Freire	Paulino Neves	Feira Nova do Maranhão	Santa Luzia
Brejo de Areia	Graça Aranha	Pedro do Rosário	Fernando Falcão	Santa Luzia do Paruá
Buriti	Grajaú	Penalva	São João do Carú	Santa Rita
Buriti Bravo	Guimarães	Peri Mirim	São João do Paraíso	Tufilândia
Buriticupu	Icatu	Peritoró	São João do Sóter	Tuntum
Buritirana	Igarapé do Meio	Pindaré-Mirim	São José de Ribamar	Turiaçu
Cachoeira Grande	Igarapé Grande	Pio XII	São José dos Basílios	Turilândia
Cajapió	Itaipava do Grajaú	Pirapemas	São Luiz Gonzaga do MA	Vargem Grande
Cajari	Itapecuru Mirim	Poção de Pedras	São Mateus do Maranhão	Viana
Campestre do Maranhão	Itinga do Maranhão	Porto Franco	São Pedro de Água Branca	Vila Nova dos Martírios
Cândido Mendes	Jatobá	Porto Rico do Maranhão	Joselândia	Vitória do Mearim
Cantanhede	Jenipapo dos Vieiras	Presidente Juscelino	Junco do Maranhão	

Ressalte-se que, entre estas, foram incluídos aqueles centros considerados Arranjos Populacionais, a exemplo de Estreito, Porto Franco, Davinópolis, Carolina, Alto Parnaíba, Timon e Trizidela do Vale. Timon, embora seja um dos maiores centros populacionais do Maranhão, sofre influência direta e marcante da capital Teresina, não exercendo influência sobre qualquer outra cidade do Maranhão.

Os Centros Locais, desse modo, representam 83,4% do total de cidades do estado do Maranhão, indicando a forte concentração dos centros urbanos de menor nível hierárquico.

Pelo que se demonstra, é muito desigual a distribuição das cidades e do Produto Interno Bruto (PIB) do estado segundo esses níveis de hierarquia urbana.

Capital Regional A, São Luís

É responsável por 34,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, em 2018, abrigando 15,6% do total da população maranhense. De um PIB de R\$ 33,605 bilhões, as atividades de comércio e serviços (exclusive administração pública) respondem por 48,0%; a indústria, o segundo setor mais relevante, contribui com 22,2%; a Administração Pública, com 10,6%. A agropecuária é inexpressiva, gerando menos de 1% do PIB total.

Chama a atenção também o grande percentual de participação dos impostos indiretos líquidos na determinação do valor do PIB: 19,1%.

Capital Regional B, Imperatriz

A cidade de Imperatriz é o único centro de nível Regional B, no Maranhão. Ela responde por um Produto Interno Bruto, em 2018, de R\$ 7,127 bilhões, o equivalente a 7,3% do PIB estadual, quase duas vezes a proporção da população (3,7%). A indústria é o segundo setor de atividade mais importante, com 23,8%, ao passo que a agropecuária responde por apenas 0,4%. Em compensação, a Administração Pública contribui com 13,6% do PIB do município e os impostos indiretos líquidos com outros 11,3%.

O PIB per capita do município é de R\$ 27.621,33.

Centros Sub-regionais A

Três cidades exercem a função de Centro Sub-regional, nível A, na hierarquização das cidades maranhenses: Caxias, Bacabal e Santa Inês. Juntas, elas respondem pela formação de R\$ 4,245 bilhões, ou seja, 4,3% do estadual.

Setorialmente, sobressaem as atividades de comércio e serviços (exclusive Administração Pública), com 51,5% do PIB, enquanto a Administração Pública concentra outros 26,6%.

A participação da indústria é menor, respondendo por 8,6% do PIB, ao passo que o setor da agropecuária contribui com 2,7%, percentuais inferiores aos apontados pelos impostos indiretos líquidos (10,6%).

Observe-se que a proporção de PIB (4,3%) é menor do que a de população (5,1%). Individualmente, pode-se dizer que a cidade de Caxias (42,7%) se destaca com o maior PIB proporcional relativamente aos outros dois centros, em termos de PIB.

Centros Sub-regionais B

Nesse nível hierárquico, encontram-se 7 cidades: Açailândia, Balsas, Chapadinha, Codó, Pedreiras e Presidente Dutra. Habitam, nelas, 577.149 pessoas, correspondendo a 8,2) da população estadual.

Juntos, os sete centros possuem um Produto Interno Bruto de R\$ 9,753 bilhões, equivalentes a 9,9% do PIB estadual. A maior contribuição é feita pelo setor terciário de atividades (comércio e serviços, exclusive Administração Pública), com 43,1% do total; a Administração Pública, com 19,6%; a Indústria, com 14,4%; e a agropecuária, 13,3%.

A parcela de impostos indiretos líquidos representa 9,6% do PIB dos 7 centros de nível Sub-regional B.

Considerando o valor do PIB, verifica-se que Balsas (R\$ 3,458 bilhões) e Açailândia (R\$ 2,603 bilhões) respondem por 62,1% do Produto Interno Bruto das cidades nesse nível hierárquico.

Centros Zonais A

Nesse nível hierárquico, encontram-se 7 cidades: Açailândia, Balsas, Chapadinha, Codó, Pedreiras e Presidente Dutra. Habitam, nelas, 577.149 pessoas, correspondendo a 8,2) da população estadual.

Juntos, os sete centros possuem um Produto Interno Bruto de R\$ 9,753 bilhões, equivalentes a 9,9% do PIB estadual. A maior contribuição é feita pelo setor terciário de atividades (comércio e serviços, exclusive Administração Pública), com 43,1% do total; a Administração Pública, com 19,6%; a Indústria, com 14,4%; e a agropecuária, 13,3%.

A parcela de impostos indiretos líquidos representa 9,6% do PIB dos 7 centros de nível Sub-Regional B.

Considerando o valor do PIB, verifica-se que Balsas (R\$ 3,458 bilhões) e Açailândia (R\$ 2,603 bilhões) respondem por 62,1% do Produto Interno Bruto das cidades nesse nível hierárquico.

Centros Zonais B

Soma 19 os Centros Zonais B no estudo de hierarquização de cidades maranhenses: Carutapera, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Cururupu, Esperantinópolis, Humberto de Campos, Maracaçumé, Mirador, Pastos Bons, Paulo Ramos, Santa Quitéria do Maranhão, Santo Antônio dos Lopes, São Bento, São Domingos do Maranhão, Tutóia, Urbano Santos, Vitorino Freire e Zé Doca. Nesses Centros habitam 633.520 pessoas, correspondendo a 8,9% do total estadual.

Esses centros zonais possuem um Produto Interno Bruto de R\$ 6,598 bilhões, equivalentes a 6,2% do PIB estadual, evidenciando um índice menor do que a participação no PIB.

Setorialmente, verifica-se que o segmento da Administração Pública gera maior parcela do PIB no conjunto de todos os centros zonais de nível B: 32,3%. A indústria aparece em segundo plano, com 28,5%; o comércio e os serviços (exclusive a Administração Pública), 25,7%; e a agropecuária, 8,0%. Ressalte-se que os impostos indiretos líquidos contribuíram com outros 5,5% do PIB desse aglomerado de centros.

Centros Locais

Os Centros Locais representam o mais baixo nível hierárquico urbano e contemplam as cidades com menor poder de influência sobre o território. Sua influência fica restrita aos seus próprios limites, não espraiando seus efeitos sobre sua vizinhança.

Estes centros possuem fraca centralidade.

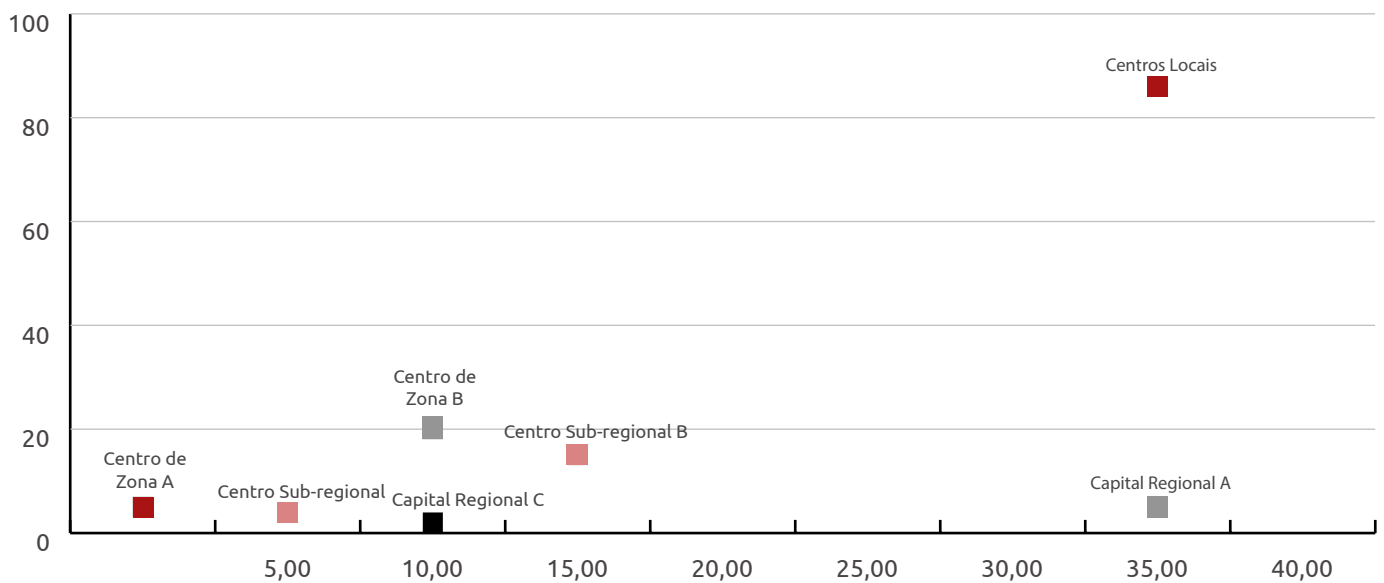
No estudo em questão, eles representam 181 cidades do estado do Maranhão, o que significa dizer 83,4% do universo de 217. Abrigam uma população de 3.865.535 pessoas, ou seja, 54,9% do total estadual. O tamanho médio por cidade é de 21.357 habitantes.

O conjunto dos Centros Locais responde por um Produto Interno Bruto de R\$ 34,748 bilhões, ou seja, 35,4% do valor equivalente para o estado do Maranhão. Setorialmente, e como não poderia deixar de ser, 68,7% do PIB são gerados em atividades terciárias (comércio e serviços inclusive Administração Pública); a agropecuária responde por 16,2% e as indústrias, por 9,1%.

Transformando o PIB em valor médio por cidade, pode-se dizer que estas 181 produziram um PIB médio de R\$ 191,98 milhões anuais, com a maior parcela (R\$ 71,69 milhões) sendo gerada na Administração Pública. Assim, o PIB médio por cidade do aglomerado de Centros Locais ficaria reduzido a 45,7% do valor produzido pelos 5 centros zonas de nível A.

Generalizando esse cálculo para todos os níveis hierárquicos, projeta-se no gráfico abaixo a grande discrepância os centros e seus respectivos valores de PIB médio por cidade.

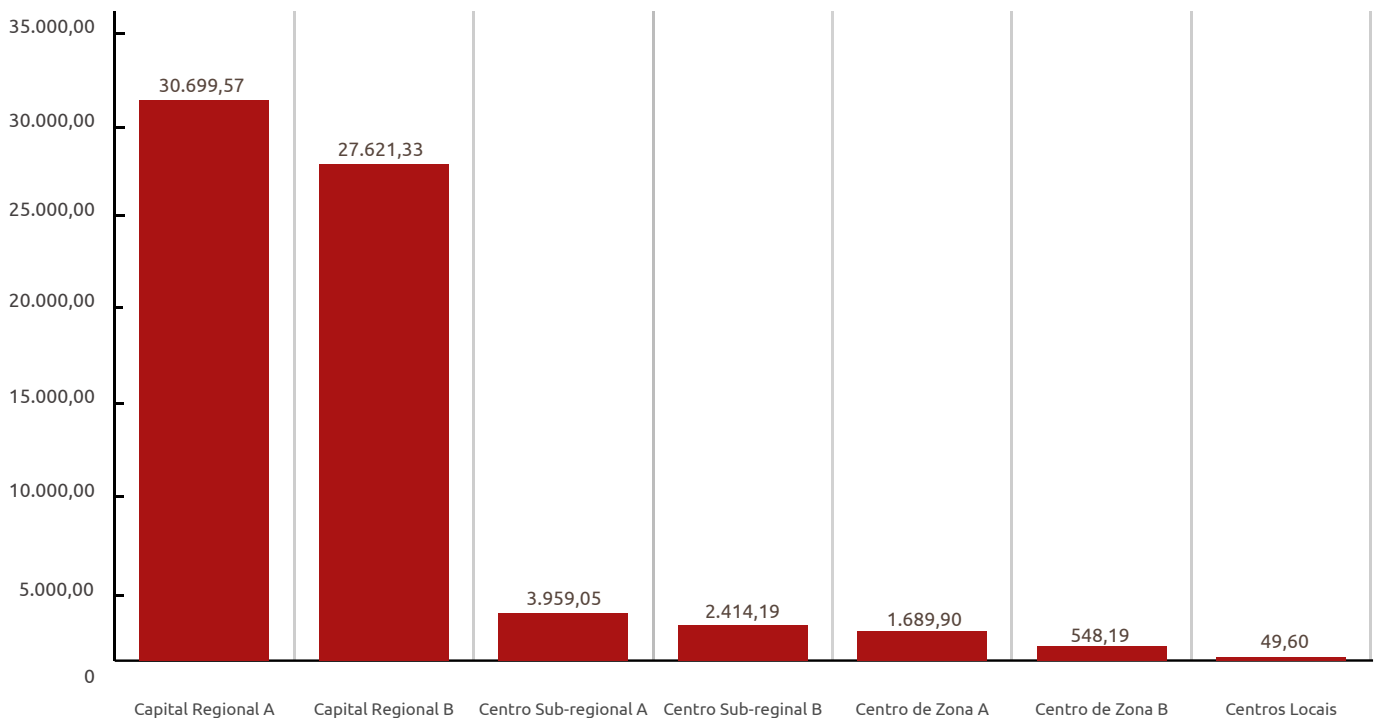
Gráfico 1 – Relação entre Número de Municípios e o PIB Total por Nível Hierárquico, Maranhão, 2018



Pelo que se observa, os dois pontos mais afastados são os referentes à Capital Regional A, com uma única cidade, São Luís, que responde pela geração de um Produto Interno Bruto, a preços correntes de 2018, equivalentes a 34,2% do PIB do estado do Maranhão. O segundo ponto diz respeito aos Centros Locais, onde estão classificadas 181 cidades, correspondendo a 83,4% de todas as cidades maranhenses, mas, em contrapartida, respondem por apenas por 35,4% do PIB estadual.

O segundo nível hierárquico mais importante, Capital Regional C (Imperatriz) é responsável por 7,3% do PIB estadual, distando 27,2 pontos percentuais da Capital Regional A (São Luís). Todas as demais cidades gravitam na faixa de até 10%, seja do número de centros urbanos, seja de participação no PIB estadual. Há, portanto, grande concentração em dois extremos.

Gráfico 2 – Valor do PIB per capita médio/cidade/ano (R\$)



Uma situação mais crítica do que a simples distância entre os centros de maior e menor nível hierárquico surge quando se transforma o Produto Interno Bruto de cada grupo hierárquico em um valor per capita médio por cidade, obtendo-se o resultado exposto no gráfico acima. Como o nível de Capital possui apenas uma cidade cada, a distância entre os valores per capita médios ficam relativamente próximos (R\$ 30.699,57 e R\$ 27.621,33, respectivamente).

À proporção que aumenta o número de cidades em cada nível hierárquico cresce a distância entre os dois primeiros níveis, que possuem maior número de funções urbanas, os níveis Sub-regionais e seguintes. Entre estes últimos, todavia, é menor o distanciamento relativo. O 3º nível hierárquico (Centro Sub-regional A, onde estão Caxias, Bacabal e Santa Inês) corresponde a um PIB per capita médio, por cidade, equivalente a 14,3% do valor correspondente ao 2º nível (Capital Regional B).

Mais preocupante, contudo, é a situação no aglomerado dos 181 centros locais, porque o PIB per capita médio por cidade é de R\$ 49,66/ano. Ou seja, se o PIB total desse conjunto de 181 cidades fosse distribuído por sua população, cada pessoa, em média, receberia o valor de R\$ 49,66 por ano, isto representa R\$ 4,13 mensais.

Além disso, é oportuno lembrar que no cálculo do Produto Interno Bruto não se incluem os valores de transferências governamentais porque não se constituem renda. Por esta razão, quando se fala em um PIB per capita médio, por cidade, de R\$ 49,66, por exemplo, não se está considerando os valores recebidos pelas pessoas a título de transferência de rendas, como é o caso do Auxílio Emergencial. O recebimento deste, sem dúvida alguma, complementa o orçamento doméstico e mantém o fluxo de despesas necessárias à alimentação e outros itens.

Evidentemente, esta é uma situação extrema. Algumas cidades, que operam como centros de influência local, são responsáveis pela geração de um produto interno bruto de valor significativo no contexto da realidade estadual. Cita-se, a título de exemplo, a cidade de Timon, classificada como centro de influência local principalmente por sua forte dependência da capital Teresina, mas possui um PIB de R\$ 1,868 bilhão (ou seja, 1,9% do PIB total do Maranhão), o mesmo acontecendo com Tasso Fragoso, no sul do estado, que registra um PIB de R\$ 1,165 bilhão. E alguns outros exemplos.

Desse modo, para corrigir distorções dessa natureza, considerar-se-á, neste estudo, como Centro de Influência Local aquela cidade cujo PIB seja menor ou igual a ¼ do PIB médio por município do estado do Maranhão, ou seja, um R\$ 113,110 milhões/ano, correspondendo, assim, a R\$ 9,426 milhões mensais.

O universo das cidades de influência local ficaria, então, reduzido a 85 (oitenta e cinco), conforme relação:

Afonso Cunha	Água Doce do Maranhão	Altamira do Maranhão
Amapá do Maranhão	Apicum-Açu	Araguanã
Axixá	Bacurí	Bacurituba
Bela Vista do Maranhão	Belágua	Benedito Leite
Bernardo do Mearim	Boa Vista do Gurupi	Bom Lugar
Brejo de Areia	Buritirana	Cachoeira Grande
Cajapió	Cajari	Cedral
Central do Maranhão	Centro do Guilherme	Conceição do Lago-Açu
Duque Bacelar	Feira Nova do Maranhão	Fernando Falcão
Fortuna	Governador Archer	Governador Eugênio Barros
Governador Luiz Rocha	Governador Newton Bello	Graça Aranha
Guimarães	Igarapé Grande	Itaipava do Grajaú
Jatobá	Jenipapo dos Vieiras	Joselândia
Junco do Maranhão	Lago do Junco	Lago dos Rodrigues
Lago Verde	Lagoa do Mato	Lagoa Grande do Maranhão
Lajeado Novo	Luís Domingues	Marajá do Sena
Maranhãozinho	Matões do Norte	Milagres do Maranhão
Mirinzal	Montes Altos	Nina Rodrigues
Nova Colinas	Nova Iorque	Olinda Nova do Maranhão
Paulino Neves	Peri Mirim	Porto Rico do Maranhão
Presidente Juscelino	Presidente Médici	Presidente Vargas
Primeira Cruz	Ribamar Fiquene	Santa Filomena do Maranhão
Santana do Maranhão	Santo Amaro do Maranhão	São Félix de Balsas
São Francisco do Brejão	São Francisco do Maranhão	São João do Carú
São João do Sóter	São José dos Basílios	São Pedro de Água Branca
São Pedro dos Crentes	São Raimundo do Doca Bezerra	São Roberto
Satubinha	Senador Alexandre Costa	Serrano do Maranhão
Sucupira do Norte	Sucupira do Riachão	Tuflândia
Vila Nova dos Martírios		

O PIB médio por município do Maranhão é, em 2019, R\$ 452,440 milhões (R\$ 98,179 bilhões/217 municípios) e ¼ desse valor equivale a R\$ 113,110 milhões/ano.

O Produto Interno Bruto desse aglomerado de 85 (oitenta e cinco) cidades, no valor de R\$ 6,161 bilhões, equivale a 6,3% do PIB do Maranhão, abrigando uma população de 934.773 pessoas. Isto representa um PIB médio por cidade de R\$ 72,487 milhões anuais ou R\$ 6,041 milhões por mês. Se o PIB desse aglomerado fosse dividido entre os seus moradores restaria para cada um o valor mensal de R\$ 6,46. Dá para imaginar que alguma pessoa sobreviva somente com esse valor?

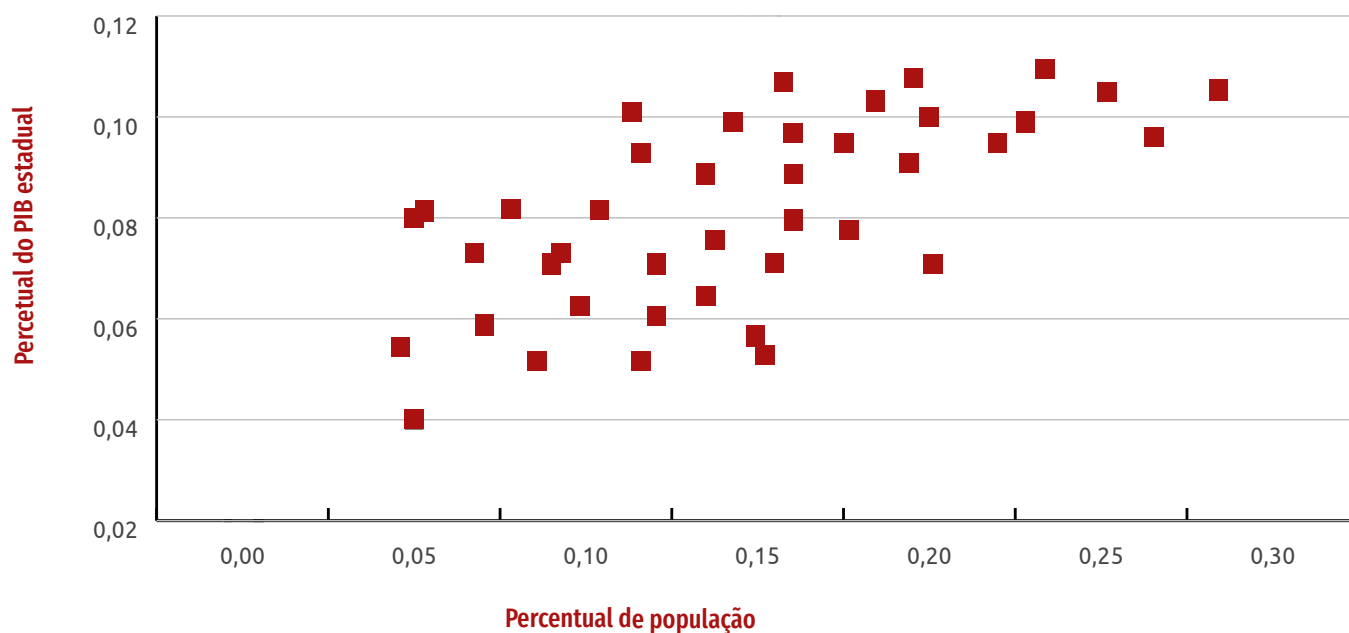
É importante destacar que, para o conjunto desse aglomerado, 52,6% do PIB são gerados na Administração Pública, mais de três vezes do valor criado nas atividades do setor Agropecuário. Na realidade, o setor terciário (comércio e serviços, inclusive a Administração Pública) responde por 76,2% do PIB total. Os setores que, diretamente, produzem bens materiais, ou seja, a agropecuária e a indústria, contribuem com 20,1% apenas.

Além disso, esse aglomerado de 85 cidades possui somente 6,4% do total de empresas ativas e inaptas no estado.

Quando se compara a população e o produto interno bruto desse conjunto de cidades relativamente ao total do estado tem-se a gravidade do quadro: aí moram 13,3% da população do Maranhão, mas só produzem 6,3% do PIB estadual, descompasso que, sem dúvida, se faz refletir na qualidade de vida dessas pessoas.

No gráfico seguinte, pode-se ver como se distribui essa relação população x pib. Nesses dois indicadores, todas as 85 cidades têm participação muito baixa: menos de 0,3% da população e menos de 0,12% do PIB estadual.

Gráfico 3 – Relação entre a participação de cada cidade na população e no PIB do estado, 2020



Trata-se, sem sombra para dúvidas, de uma típica economia de dependência; nesse caso, das transferências governamentais.

Nos gráficos 4 a 13, seguintes, procura-se demonstrar o distanciamento das cidades, dentro de cada região, estabelecendo uma relação entre o valor do PIB total e o número de empresas ativas e inativas, na premissa de que quanto maior o número de empresas tanto maior será o Produto Interno Bruto da cidade ou do estado. Tem-se os seguintes resultados:

a) Na região de São Luís, a forte supremacia da Capital, seja em termos de PIB (77,1% do PIB regional), seja em número de empresas (70,1% da região); o segundo centro de destaque é São José de Ribamar (5,0% do PIB e 8,5% das empresas) e, depois, Paço do Lumiar (2,5% do PIB e 5,2% das empresas). Todos, dentro da Ilha;

b) Na região de Pinheiro, o principal destaque é Godofredo Viana, que ostenta 21,9% do PIB e somente 2,5% das empresas da região, o que muito se deve à atividade extrativa de ouro. O segundo centro a destacar é Pinheiro, com 15,1% do PIB e 20,9% das empresas, denotando maior presença de pequenas empresas em razão da diferença entre os dois indicadores. Viana aparece em terceiro nível, com 7,5% do PIB e 9,9% das empresas, uma situação similar à de Pinheiro;

c) A região de Chapadina apresenta uma distribuição das cidades em quatro blocos bem distintos, com supremacia de Chapadina, em razão de sua maior participação no PIB (25,9%) e número de empresas (29,5%), relativamente ao segundo bloco, onde pontuam Vargem Grande (14,4% do PIB e 11,5% de empresas), Brejo (10,9% e 10,0%), além de São Bernardo e Buriti. No terceiro bloco, outro aglomerado de cidades: Urbano Santos, Santa Quitéria do Maranhão, Mata Roma, São Benedito do Rio Preto, Anapurus e Magalhães de Almeida, com índices superiores a 4,0%;

d) A região de Santa Inês mostra uma hierarquia bem-marcada até o 4º nível. Em primeiro, destaca-se Santa Inês, com 22,1% do PIB e 26,8% das empresas regionais) e, em seguida, Santa Luzia, com 10,3% do PIB e 9,8% das empresas e, em terceiro nível, Zé Doca, com 7,6% e 8,0%, respectivamente. Os demais centros se aglomeram em torno de índices menores;

e) Na região de Bacabal, os principais destaques são Bacabal e São Mateus do Maranhão, sendo, no entanto, grande a distância entre os dois centros. O primeiro, com 40,6% do PIB regional e 48,6% das empresas; o segundo, com 10,6% e 12,1%, respectivamente. Todas as demais cidades têm percentuais de participação muito menores nos dois indicadores, sendo grande a proximidade entre os pequenos centros urbanos da região;

f) Situação diferente, porém, verifica-se com relação à região de Pedreiras. Há um menor distanciamento econômico entre os centros mais destacados: Pedreiras, Coroatá e Lago da Pedra. Pedreiras, como sede regional, concentra 20,4% do PIB regional, não muito distante dos índices de Coroatá (16,3%) e Lago da Pedra (14,3%). Trizidela do Vale, no 4º nível, apresenta 9,3% do PIB regional, mais afastado dos três primeiros e mais próximo do bloco dos centros de menor participação, seja em termos de PIB, seja de número de empresas;

g) Três níveis hierárquicos aparecem na região de Caxias. No primeiro, destacam-se Timon (30,2% do PIB regional e 33,8% das empresas) e Caxias (27,6% do PIB e 28,9% das empresas), índices muito próximos. Codó, no plano imediatamente inferior, mantém a mesma proporção entre PIB e empresas, 15,9% e 15,3%, respectivamente. As demais cidades apresentam índices de participação no PIB e no número de empresas da região abaixo de 5,0%;

h) Situação particular é registrada na região de Presidente Dutra, por conta do destaque de Santo Antônio dos Lopes. Influenciado pela atividade extrativa do segmento de petróleo e gás, Presidente Dutra responde por 30,2% do PIB regional, mas registra somente 2,6% das empresas. As cidades de Presidente Dutra e Barra do Corda, por outro lado, têm índice de participação no total de empresas (18,8% e 14,1%) muito maior do que no PIB regional (9,4% e 8,2%). Todas as outras cidades seguem esse padrão e se aglomeram em torno de valores mais baixos;

i) Na região de Imperatriz, dois centros sobressaem: Imperatriz (41,5% do PIB e 49,8% das empresas da região) e Açailândia (15,4% e 11,6%, respectivamente). Assim, Açailândia se mostra mais distante de Imperatriz e mais perto de Estreito e todas as demais cidades que têm índices de participação menores de 6,0% da região;

j) Outra situação muito típica se verifica na região de Balsas, onde sobressaem as cidades de Balsas e Tasso Fragoso. A primeira concentrando 45,8% do PIB e 60,0% das empresas da região e a segunda, com 21,4% do PIB e somente 3,3% das empresas. A influência marcante nessa região é o agronegócio.

Gráfico 4 – Distribuição dos Municípios da Região de São Luís, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.

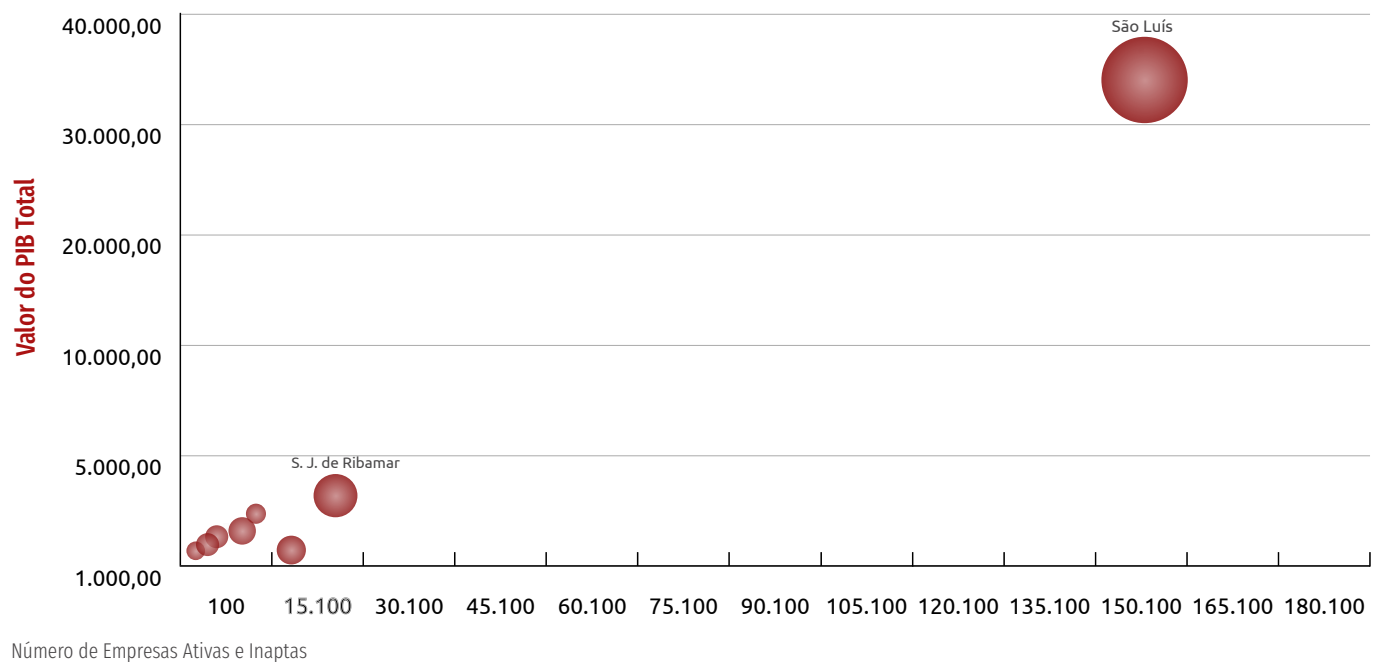
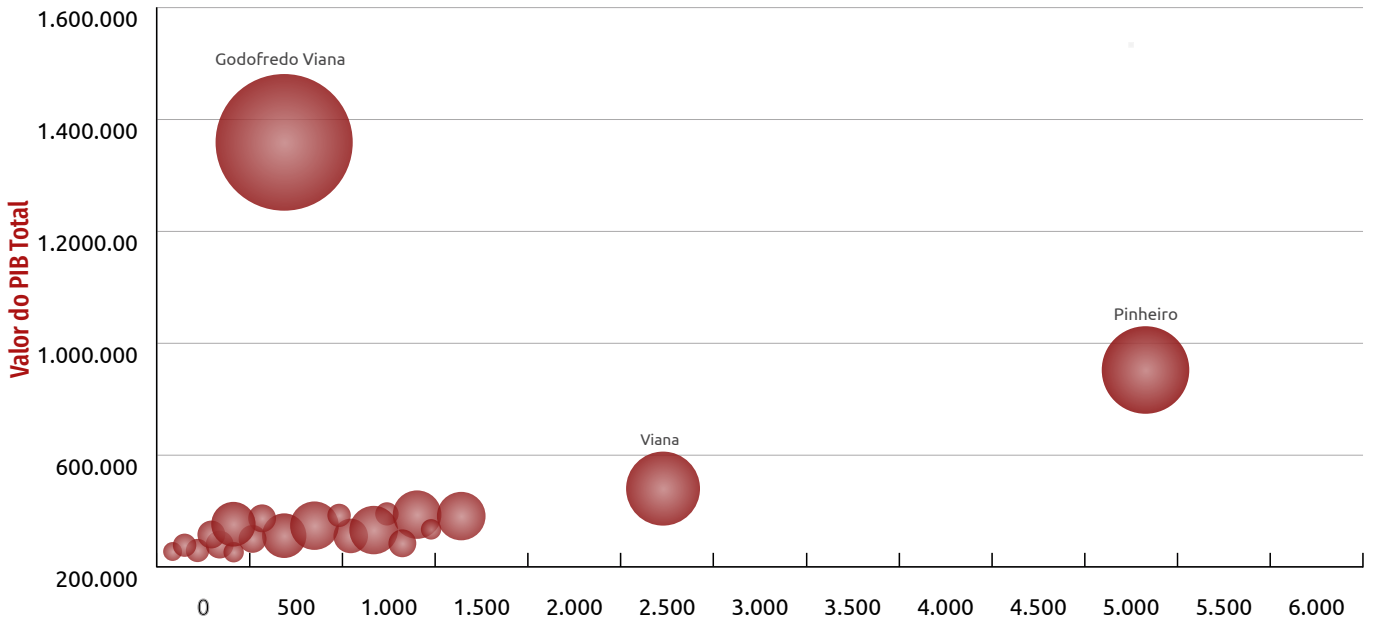
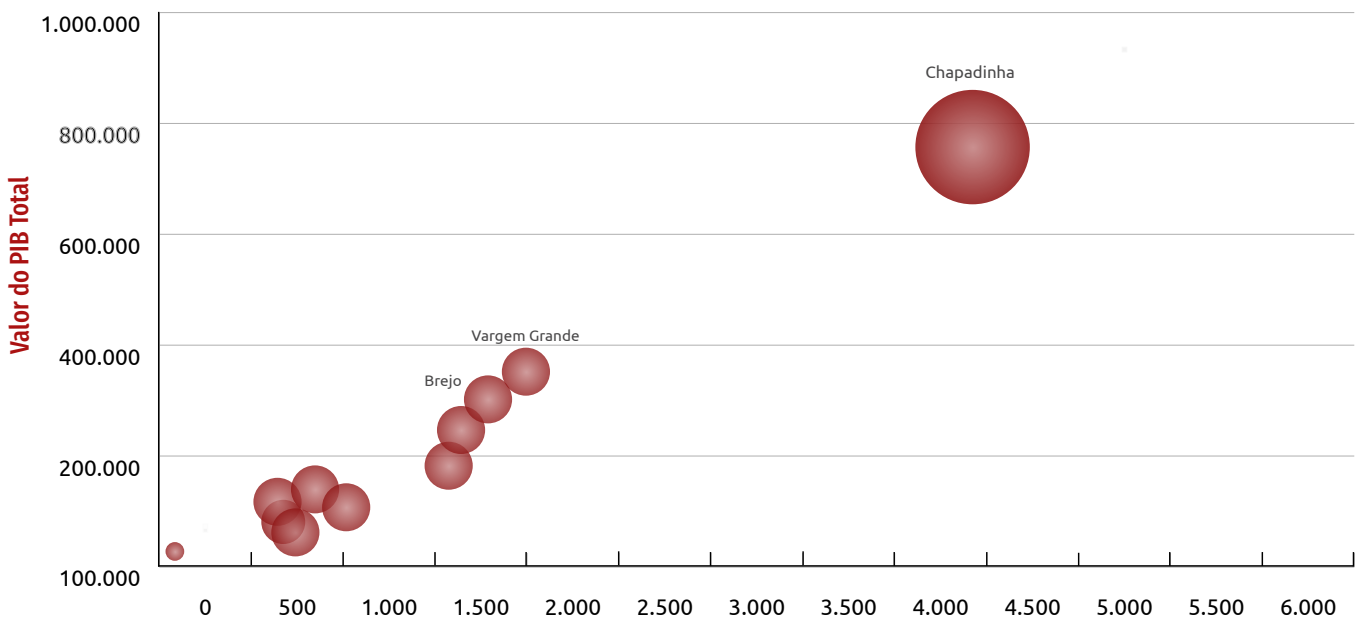


Gráfico 5 – Distribuição dos Municípios da Região de Pinheiro, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.



Número de Empresas Ativas e Inaptas

Gráfico 6 – Distribuição dos Municípios da Região de Chapadinha, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.



Número de Empresas Ativas e Inaptas

Gráfico 7 – Distribuição dos Municípios da Região de Santa Inês, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.

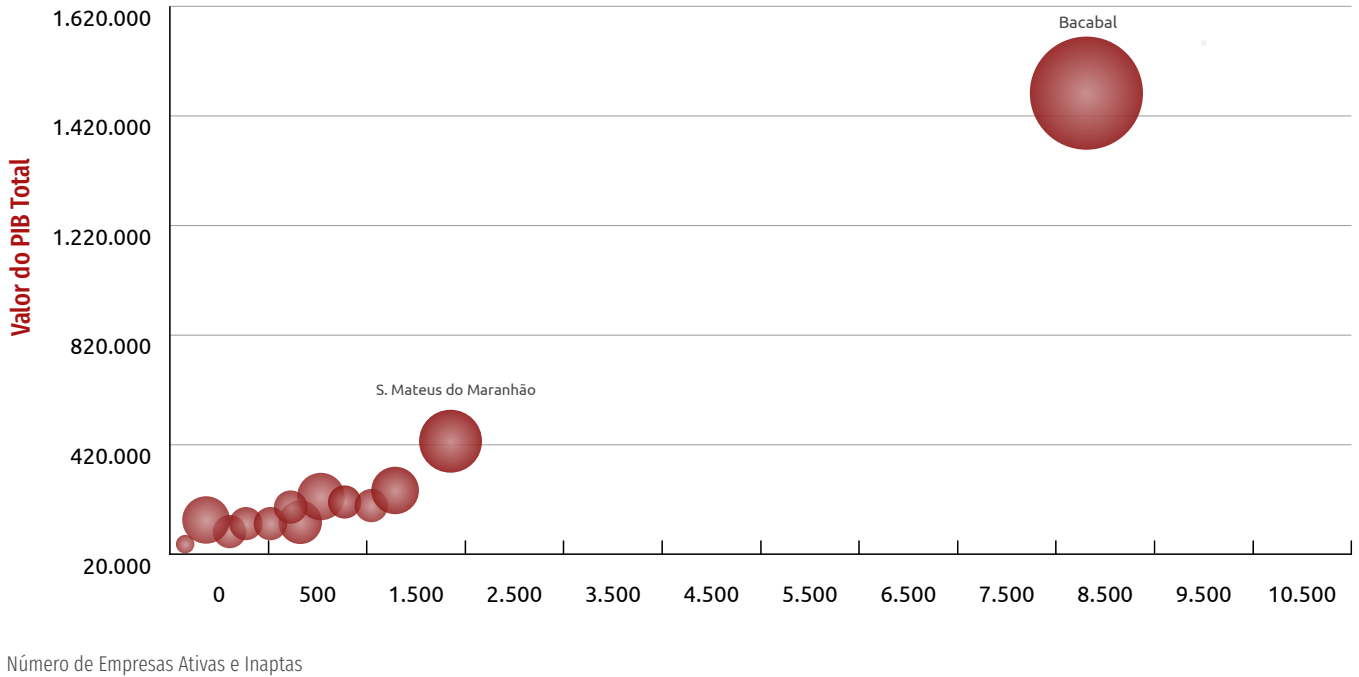


Gráfico 8 – Distribuição dos Municípios da Região de Bacabal, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.

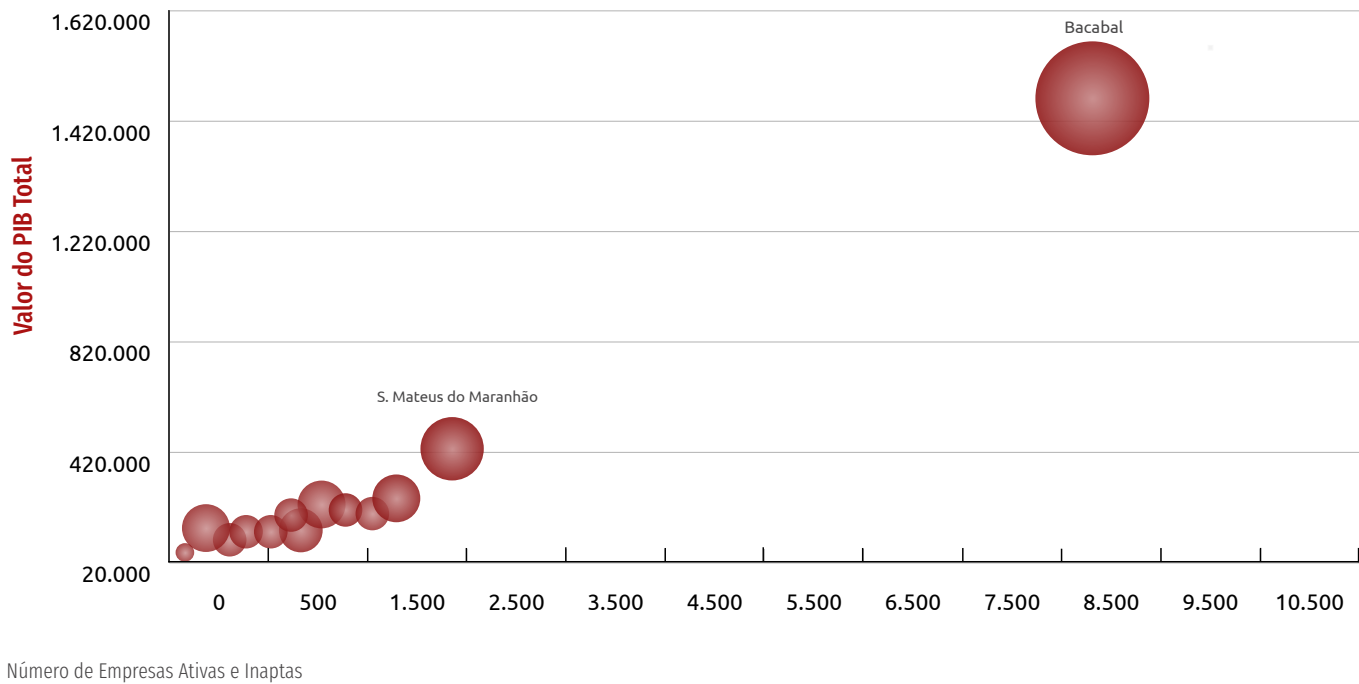
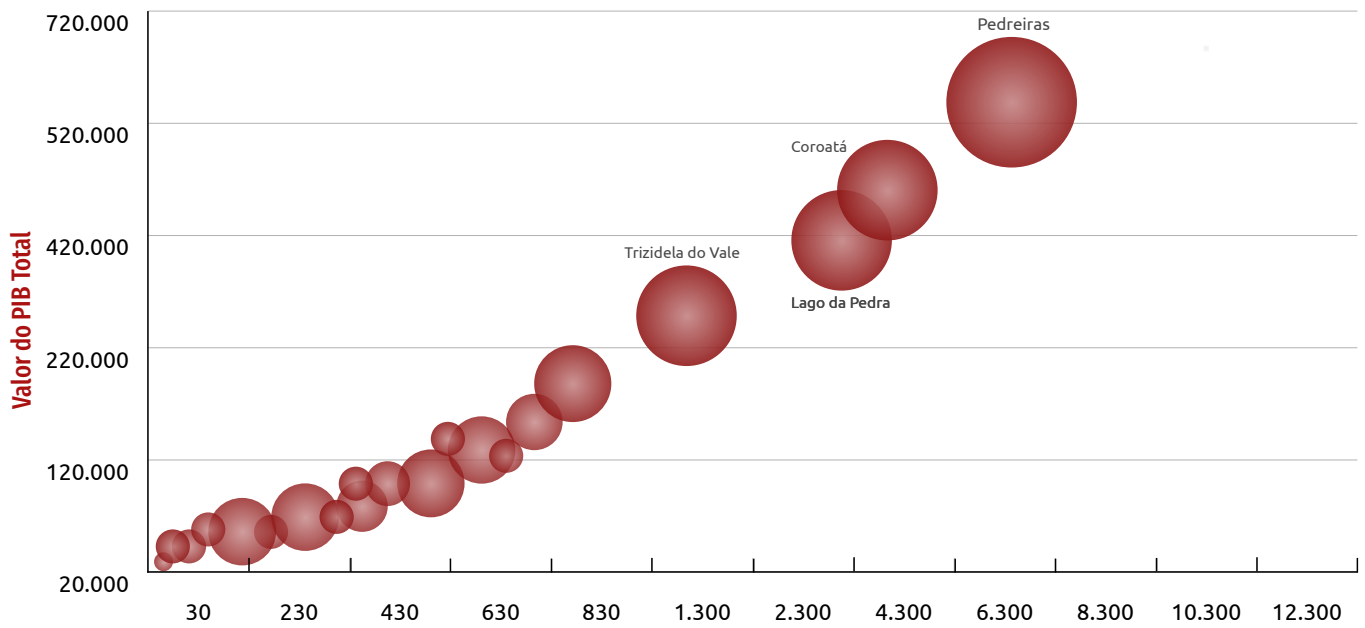
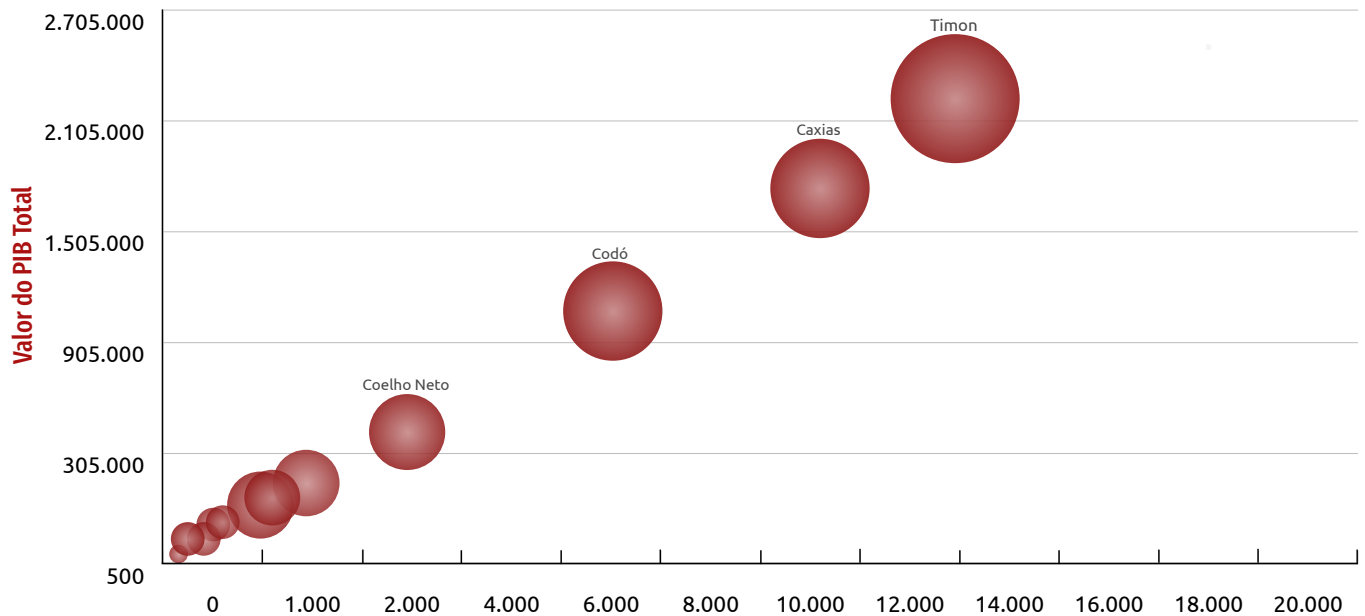


Gráfico 9 – Distribuição dos Municípios da Região de Pedreiras, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.



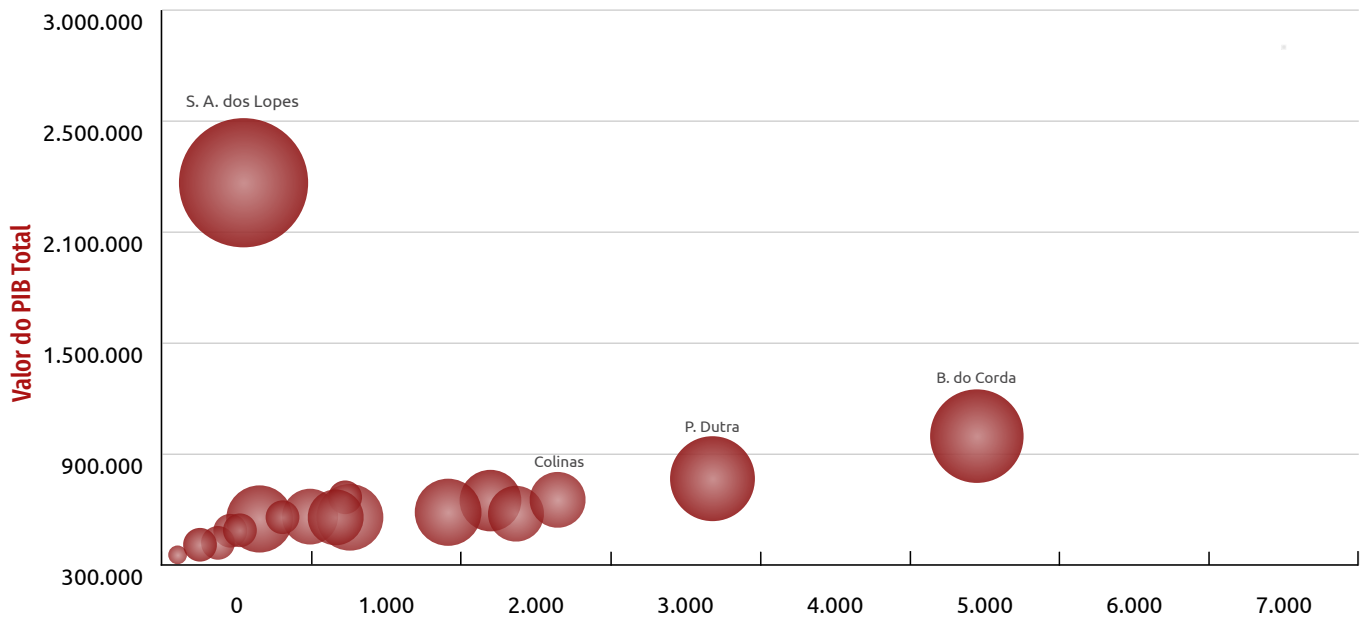
Número de Empresas Ativas e Inaptas

Gráfico 10 – Distribuição dos Municípios da Região de Caxias, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.



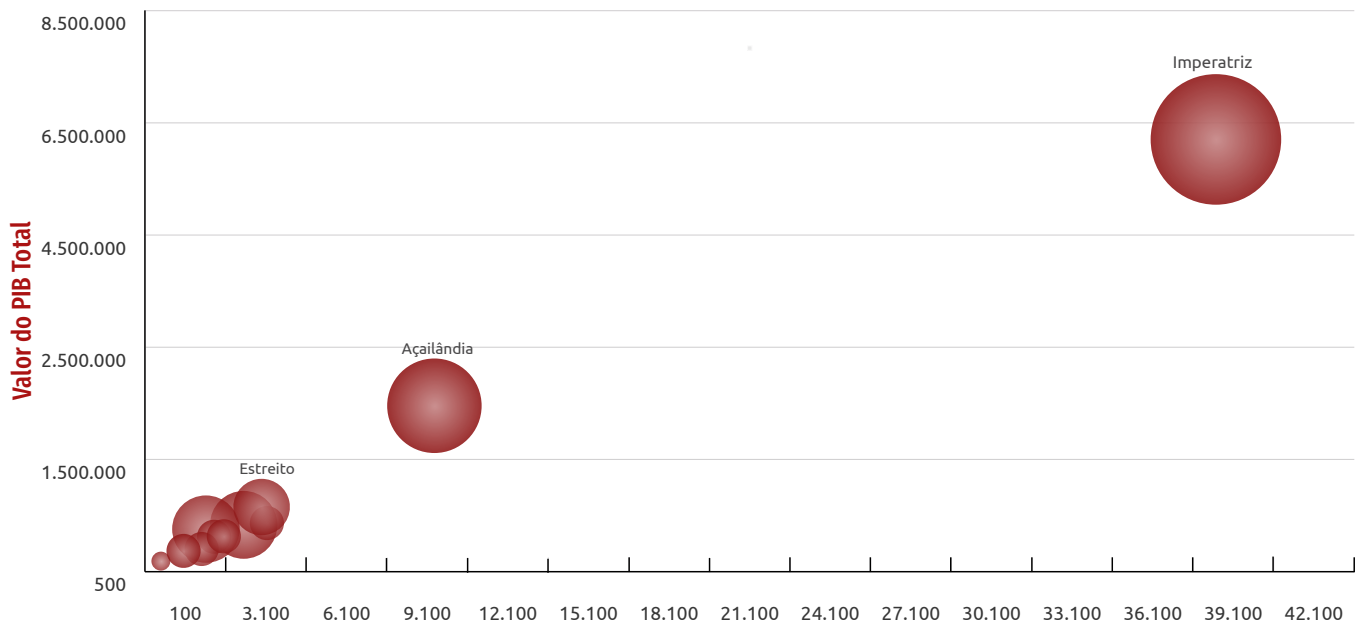
Número de Empresas Ativas e Inaptas

Gráfico 11 – Distribuição dos Municípios da Região de Presidente Dutra, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.



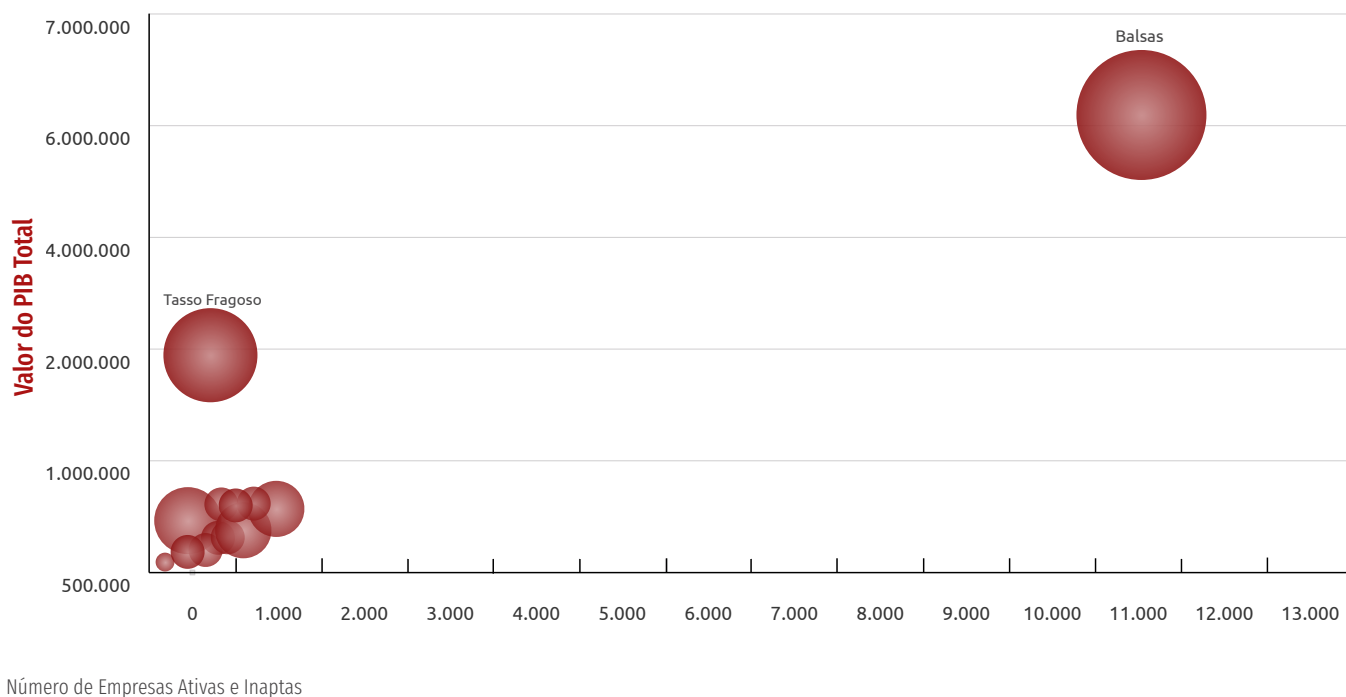
Número de Empresas Ativas e Inaptas

Gráfico 12 – Distribuição dos Municípios da Região de Presidente Imperatriz, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.



Número de Empresas Ativas e Inaptas

Gráfico 13 – Distribuição dos Municípios da Região de Balsas, segundo o PIB total (R\$ mil) e Número de Empresas Ativas e Inaptas.



CONCLUSÃO

O presente estudo enfatizou o distanciamento econômico entre os centros urbanos do estado do Maranhão, a partir de informações produzidas e divulgadas pelo IBGE, tendo 2018 como referência. Deixa claro a distância entre o nível hierárquico denominado Capital (A e B) e os demais, com maior proximidade entre os centros dos níveis de hierarquia mais baixa.

O estudo procurou alertar para o grande número de centros urbanos, ditos de influência local, no contexto do universo dos 217 que compõem o estado do Maranhão. São 181 centros de influência local, isto é, aqueles que possuem influência somente sobre si mesmo, na definição do IBGE. Ao se avaliar a relevância diante da realidade do estado do Maranhão, foram eles reduzidos para 85 Centros. Ao se cotejarem os indicadores PIB, Número de empresas e população, ficou evidente a fragilidade da rede urbana do Maranhão. Essa fragilidade permite medir o quanto da população maranhense depende de transferências governamentais para suprimento de suas necessidades essenciais. Isto não pode ser permanente, ter duração eterna.

O esforço produtivo desse aglomerado de 85 centros, medido pelo PIB médio cidade, traduz-se num valor de R\$ 6,041 milhões/mês, que, dividido pela população, resulta em R\$ 6,46 mensais per capita, insuficiente até mesmo para garantir a sobrevivência humana. Ainda bem que existem as transferências governamentais (Auxílio Emergencial ou Auxílio Brasil ou Bolsa Família, qualquer que seja o apelido).

Para que essa “dependência” não se eternize, é preciso que se adotem políticas públicas, independente da esfera administrativa, que estimule e incentive os sistemas produtivos, principalmente micro e pequenos, em ambientes urbanos e rurais, em regimes isolados ou associados/cooperativadas, para que as pessoas sejam valorizadas e remuneradas por seus esforços produtivos, ganhando a verdadeira dignidade humana que está associada à sua liberdade econômica e financeira.

É preciso romper as barreiras da dependência das transferências governamentais que só ajudam a manter a dependência. A Lei de liberdade econômica está aí e precisa ser utilizada.



TEMAS ECONÔMICOS | Publicação da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) | Superintendente da FIEMA: César Augusto Miranda | Coordenadoria de Ações Estratégicas (Coes): José Henrique Braga Polary e Kethlen Diniz | Diagramação e revisão: Coordenadoria de Comunicação e Eventos (Cocev).
(98) 3212-1870 | jhpolarity@fiema.org.br | pesquisa@fiema.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

